

VOZES DA PRISÃO. DIALOGIA, LINGUAGEM E INTOLERÂNCIA EM RELATOS ORAIS DOS RECUPERANDOS DA APAC/SANTA LUZIA

PRISON VOICES. DIALOGIC, LANGUAGE AND INTOLERANCE IN ORAL REPORTS OF RECOVERIES FROM APAC/SANTA LUZIA

Maria Carmen Schettino Moreira*

Robson Figueiredo Brito*

RESUMO

Este artigo é fruto do projeto (A)penas Humanos: ações interdisciplinares no âmbito da APAC, do Programa de Extensão (PROEX) da PUC Minas. A iniciativa coletiva envolve professores universitários e alunos extensionistas dos cursos de Psicologia e Filosofia do Programa de Extensão, bem como recuperandos da APAC de Santa Luzia. Nossa proposta é apresentar os sentidos e significados da escuta dos extensionistas, sob supervisão docente, em relação ao dizer dos recuperandos desse grupo quando em interação com os membros da Universidade, no diálogo a respeito do cotidiano do cumprimento de penas alternativas naquela Associação. Ancoramo-nos teórica e metodologicamente no tripé conceitual de Dialogia, Linguagem e Polifonia com vistas a apreender nesses modos de dizer, sempre em contexto interativo, sinais reveladores de (pré)conceitos e valores, que podem revelar intolerância, provenientes de vozes sociais que atravessam o discurso dos sujeitos envolvidos nesse trabalho coletivo e cooperativo entre os campos discursivos da Universidade e a APAC, que se entretecem, e também da Psicologia Social. Consideramos para esta produção científica, embasados nos estudos da Língua(gem), que não há correspondência uníssona entre linguagem, pensamento e mundo e, por essa razão, as palavras não são neutras, admitindo-se teoricamente a sua opacidade, especialmente no *locus* que se dedica a realizar um trabalho de “escuta-a-dor” de atores sociais que, em princípio, estão em restrição temporária de Liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem. Intolerância. Dialogia. Penas Alternativas. Modos de Dizer.

ABSTRACT

This paper is the result of a collective project involving Professors, undergraduate students in Psychology, Philosophy and Recovering courses of APAC Santa Luzia in the PUC Minas University Program, whose title is (A)Human Penalties. We propose to present the senses and meanings of listening to university work, under the supervision of teachers, about the ways of

* Mestre em Psicologia. Professora da Faculdade de Psicologia e Membro do Núcleo Direitos Humanos e Inclusão da PROEX, da PUC Minas. Participante e Supervisora do Programa (A)penas Humanos na APAC de Santa Luzia, da PUC Minas. E-mail: mcsm14@terra.com.br.

* Mestre e Doutor em Linguística e Língua Portuguesa e doutorando em Teoria do Direito pelo PPG – Direito, da PUC Minas. Professor do Departamento de Filosofia. Pesquisador do NELLF (Núcleo de Linguagem, Letramentos e Formação) do PPG-Letras, Coordenador de Extensão do Curso de Filosofia. E-mail: robsonbrito@pucminas.br.

saying that they are part of this group when interacting with the members of the University, they talk about the daily routine of serving alternative sentences in this system. We are grounded theoretically and methodologically on the conceptual tripod of Dialogue, Language and Polyphony in order to demean in these ways of saying, always in an interactive context, revealing signs of several prejudices, pre-values that can reveal intolerance from social voices that cross the discourse of the subjects involved in this collective and cooperative work between the discursive fields of the PUC Minas and APAC that intertwine, and also of Social Psychology. We consider for this scientific production, based on the studies of the language, that there is no unisonant correspondence between language, thought and world and, for this reason, the words are not neutral admitting theoretically their opacity especially in the locus that is dedicated to carry out a work of listener to the pain of social actors who in principle are in temporary restriction of freedom.

KEYWORDS: Language. Intolerance. Dialogue Alternative Feathers. Saying Ways.

INTRODUÇÃO

O projeto coletivo que envolve professores universitários, alunos dos cursos de Psicologia e Filosofia e recuperandos¹ da Associação de Proteção e Apoio ao Condenado (APAC) de Santa Luzia, no Programa de Extensão da PUC Minas (*A)penas Humanos: ações interdisciplinares no âmbito da APAC*, teve início no ano de 2008. A partir daquele momento, a Psicologia, como campo de saber, passou a compor as práticas desenvolvidas na iniciativa.

Esse projeto da Psicologia expandiu-se ao longo dos anos, abarcando três conjuntos de ações: roda de conversa, plantão psicológico e atendimento individual. Foram variadas as estratégias de registros dessas ações, produzindo-se material documental extenso em forma de relatórios, registros fotográficos e textos diversificados elaborados por todos os agentes envolvidos (recuperandos, discentes e docentes).

A escolha da APAC de Santa Luzia como *locus* para a realização da pesquisa se deu por diversos motivos: em primeiro lugar, considerou-se a importância dada por essa instituição prisional ao trabalho de cunho social. Nesse sentido, levamos em conta também a participação da Universidade na fundação dessa atividade interdisciplinar, de caráter humanizador, mantendo o compromisso de pactuar na implementação de suas ações, com intervenções que pudessem ajudar na questão da exclusão social da população marginalizada. Em segundo lugar, destacamos o ideário humanista da PUC Minas no tocante à extensão

¹ De acordo com a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), na APAC os presos são chamados de recuperandos e são corresponsáveis por sua recuperação, o que contribui decisivamente para a ordem, o respeito e o seguimento das normas e regras.

universitária – compreendida, pela Universidade, como uma prática integral e socialmente reconhecida como cidadã, ética, fundada na defesa da justiça e dos direitos humanos. Tal concepção se vincula à experiência desenvolvida pela Pró-Reitoria de Extensão (SCHETTINO, 2017).

A APAC é uma instituição prisional que tem como meta principal garantir a recuperação de pessoas que estão privadas de liberdade, integrando-as à sociedade. Por essa razão, mantém um canal de comunicação com a PUC Minas para que ambas possam, em diálogo permanente, construir formas de trabalho com os sujeitos que se encontram aprisionados. Em 2018, o curso de Filosofia passou a fazer parte desse programa supradito, contribuindo com o projeto “Deus é para todos”, com a finalidade de aplicar as oficinas de Teologia e levar conhecimentos da fé, sob o ponto de vista racional e, em consequência disso, propagar o desenvolvimento espiritual dos recuperandos.

Além disso, o projeto “Deus é para todos” tem por objetivo ajudar os recuperandos no que diz respeito ao processo de promoção e valorização do homem, compreendido como criatura de Deus. E, para a efetivação desse trabalho de extensão – que envolve alunos do curso de Filosofia em preparação para o Sacerdócio –, organizamos rodas de conversas semanais com os recuperandos. O objetivo da iniciativa foi propor uma escuta orientada da palavra de Deus na APAC de Santa Luzia, *locus* privilegiado para a atuação e a implementação de práticas de ampliação da espiritualidade, algo integrador na vida em um momento tão delicado pelo qual passam os recuperandos: o cumprimento de pena decorrente da situação de conflito com a Lei.

É nesse contexto que se realiza a prática de intervenção psicossocial junto aos reclusos do Centro de Reintegração Social da APAC em Santa Luzia; tarefa nada fácil, pois o saber psicológico reclama pela interdisciplinaridade. Nessa prática, o trabalho do pesquisador é atravessado e matizado continuamente por vozes sociais que influenciam no trabalho de escuta

O interesse pelo processo de escuta acerca dos discursos de recuperandos dos regimes fechado e semiaberto surgiu da prática extensionista de atendimento em Psicologia realizada na APAC. A prática também contempla pressupostos do campo de saber da Filosofia. Na instituição, foram realizadas rodas de conversa, atendimentos individuais e plantão psicológico aos reclusos de ambos os regimes.

O programa de extensão universitária “(A)penas Humanos: ações interdisciplinares na APAC de Santa Luzia” retrata um fazer interdisciplinar que dialoga com sete cursos da

Universidade, cujo objetivo precípua se refere ao processo de interlocução e interação com a comunidade prisional para contribuir na aplicação do método de execução penal da referida instituição por meio de uma escuta qualificada. Neste artigo daremos destaque para a interlocução entre a Psicologia e a Filosofia, cursos integrantes do referido programa que está em vigência na PUC Minas.

A direção desse percurso em construção tem apontado que as práticas psicológicas e filosóficas desenvolvidas junto aos apenados de Santa Luzia podem produzir efeitos na subjetividade desse público, tendo em vista a ênfase na dialogicidade e na construção de confiabilidade, para que possam se expressar de acordo com seus ideais, princípios, valores e crenças, sem receberem julgamentos por parte dos interlocutores.

Esses modos de dizer foram tomados por nós a partir dos trabalhos de Brito (2016) no que diz respeito às várias posições que um sujeito assume em um determinado campo discursivo, que são expressas na oralidade, uma vez que revelam e constituem as identidades e diferenças desses sujeitos, correspondendo aos valores defendidos, de modo consciente ou inconsciente, dado que caracterizam a identidade social e ideológica (aqui, especificamente, em relação ao sistema APAC).

Assumimos, tal qual argumenta Brait (2012, p. 16), que os modos de dizer descortinam enunciados que apresentam características que estão ligadas à relação com sujeitos, visão de mundo, valores e, por isso mesmo, são marcados por tensões, fronteiras, confronto de valores e pontos de vista, que podem ser entendidos como atos vivos de compreensão do texto e do contexto e de discursos. Ou seja, o posicionamento identitário de sujeitos imersos em práticas discursivas aqui estabelecidas em relação a encontros interpessoais (de um lado, os extensionistas) pode produzir efeitos na subjetividade de homens ora aprisionados (do outro, os recuperandos), contribuindo para o sentimento de autoestima deles, embora continuem presos.

Os modos de dizer estão ligados à visão de mundo, aos valores e a posições discursivas que sujeitos sócio-historicamente situados assumem quando constroem os seus dizeres. Essa discussão se ancora nas ideias de *Lingua(gem)*, *Dialogia* e *Polifonia*, conceitos teóricos tomados especialmente das construções de Bakhtin (2011), Vygotsky (1989) e Volóchinov (2017), que constituem o sustentáculo do nosso arcabouço teórico. Também busca ecos no conceito de intolerância trazido por Barros (2008, 2011, 2012, 2014 e 2015), que embasou a nossa abordagem sobre enunciação das vozes sociais, sob os auspícios da

diferença que atravessa o discurso dos sujeitos envolvidos nessa prática coletiva e cooperativa entre os campos discursivos da Universidade e da APAC.

É ainda relevante destacar teoricamente as contribuições da Psicologia Social para o entendimento do que seja a subjetividade que se manifesta nesses modos de dizer de sujeitos que estão em situação de aprisionamento. Nesse sentido, caracterizamos o conceito de “sujeito” como aquele indivíduo que age no território social, construindo novas formas de subjetividade em consonância com o cenário social a ele oferecido. Isso significa dizer que assumimos que o conceito de sujeito não deve ser pensado excluindo-se seu caráter social das construções que faz, tampouco deixando de lado o sistema histórico de suas relações no cenário em que se situa.

NAS TRILHAS DA TEORIA: DOS ESTUDOS FILOSÓFICOS DA LINGUAGEM À PSICOLOGIA SOCIAL

A partir dos estudos de Brito (2016), tomamos o conceito de Língua(gem) que se vincula ao pensamento filosófico bakhtiniano, concebido como atividade, e a palavra como algo recoberto de qualificações, em uma dinamicidade semiótica – o plurilinguismo dialogizado, como afirma Faraco (2009, p. 58) –, como elemento que está envolto pela atmosfera social de discursos, pautado pelo encontro sociocultural de vozes.

Desse encontro dinâmico estabelecido, ocorre a produção de contraposições, diluições, reiteraões e paródias entre essas vozes, que vão se entrecruzar, de maneira multiforme, para consolidar novas vozes dentro de um universo vivo e móvel, o chamado verdadeiro ambiente de um enunciado, como afirma Bakhtin (2011, p. 300):

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências.

A partir de outro trabalho de Brito (2019), destacamos que sob o enquadre discursivo-dialogico, reconhecemos a língua(gem) filosoficamente como um produto social, flexível, sempre em transformação, e o sujeito falante como um indivíduo que está em interação com a coletividade todo o tempo e, muitas vezes, é atravessado pela Linguagem.

Em relação aos pressupostos dessa corrente teórica, apresentamos o postulado de que a língua e a linguagem são construídas sócio-historicamente e que, por isso, se instituem como

atividades de interação social. Além disso, a palavra é “em sua essência, um ato bilateral [...], é uma ponte que liga o eu ao outro. A palavra é o território comum entre o falante e o interlocutor” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 205).

Brito (2019) ressalta um elemento essencial para a compreensão do significado de mediatização da linguagem, conceito discutido por Bakhtin (1993) em sua obra *Por uma filosofia do ato responsável*, no momento em que demarca que nossas experiências e vivências são atravessadas por significações, linguagens e produções de sentidos e que o conhecimento de um objeto é sempre mediatizado e semiotizado, uma vez que “o puro dado não pode ser realmente experimentado” (1993, p. 50).

Por conseguinte, na perspectiva de que não podemos, como seres humanos culturais e simbólicos, ter contato direto com a realidade, o autor argumenta: “quando eu experimento um objeto eu realizo alguma coisa em relação a ele, o objeto entra em relação com aquilo que é para ser alcançado, cresce nisso, na minha relação com esse objeto” (BAKHTIN, 1993, p. 50).

Na perspectiva de Vygotsky (1989), o significado de uma palavra representa uma reunião estreita entre pensamento e linguagem, e que fica difícil dizer se se trata de um fenômeno da fala ou de um fenômeno do pensamento. Assevera ainda que uma palavra sem significado é um som vazio; o significado, portanto, é um critério da “palavra”, seu componente indispensável. “[...] Mas do ponto de vista da Psicologia, o significado de cada palavra é uma generalização ou um conceito. E como generalizações e os conceitos são inegavelmente atos de pensamento, podemos considerar o significado como um fenômeno do pensamento.” (VYGOTSKY, 1989, p. 104).

Nesse contexto, considerando a visão do autor, a relação entre o pensamento e a palavra não é de coisa, mas um processo, um movimento contínuo de retorno do pensamento para a palavra. Nesse processo, a relação entre pensamento e a palavra passa por transformações que “[...] em si mesmas, podem ser consideradas um desenvolvimento no sentido funcional. O pensamento não é simplesmente expresso em palavras; é por meio delas que ele passa a existir. A unidade da fala é uma unidade complexa, e não homogênea” (VYGOTSKY, 1989, p. 108).

Assim, a questão referente à internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana na e pela linguagem.

Acerca do conceito de Dialogia, compartilhamos a concepção de Brito (2016, p. 99),

em sua retomada do dizer de Dahlet (2005, p. 57) “quando falamos, não estamos agindo sós!”, de que há a presença do elemento de interação e diálogo na construção dos modos de dizer de um sujeito do e no discurso que entremeia essa categoria conceitual. Isso é verificável na perspectiva do dialogismo, pois a produção de discurso é, por si só, carregada de tensões e, por essa razão, não há discurso sem sujeito. Não existe objeto de discurso que não seja dialógico. A transmissão da palavra de outrem é sempre parcial, uma vez que

Todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido. Por isso, cada enunciado se caracteriza, antes de tudo, por um determinado conteúdo semântico-objetual. A escolha dos meios linguísticos e dos gêneros de discurso é determinada, antes de tudo, pela tarefa (pela ideia) do sujeito do discurso (ou autor) centradas no objeto e no sentido. (BAKHTIN, 2011, p. 289).

A noção de diálogo se compõe como o espaço de conflito das vozes sociais que tensionam, se entrecruzam, se completam e polemizam, respondendo entre si em seu interior, carregado de ideologia. Nesse enquadre, o falante/ouvinte tem uma posição ativa no processo de interação verbal, não sendo um duplicador da fala, mas um ser imerso no seu processo de produção, oferecendo a contrapalavra como uma expressão de atitude responsiva (BRITO, 2016).

Em outro estudo desse autor (BRITO, 2019), destacamos que o sujeito constrói em seu dizer modos de negociar com o outro. Segundo ele, tomando-se a relação língua/linguagem-fala/enunciação-discurso e o texto, uma noção é colocada em discussão: a de heterogeneidade discursiva, que se encontra presente na abordagem teórica de Bakhtin (2011, p. 323), sendo expressa pela dialogia manifesta nas relações semânticas entre os enunciados da comunicação discursiva.

Sob o enquadre do pensamento filosófico bakhtiniano, tomamos o conceito de Polifonia como produto do dialogismo e sua filiação no campo da multiplicidade das vozes da vida social, cultural e ideológica, representada tal qual assevera Bezerra (2012, p. 194) quando afirma que:

A Polifonia se define pela convivência e pela interação, em um mesmo espaço do romance, de uma multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis, vozes plivalentes e consciências equipolentes, todas representantes de um determinado universo e marcadas pelas peculiaridades desse universo.

Esse autor ressalta que as consciências subjetivas e intersubjetivas se revelam no

dialogismo e, por isso, “essas vozes e consciências não são objetos do discurso do autor, são sujeitos de seus próprios discursos” (BEZERRA, 2012, p. 195).

Focalizamos aqui, no dizer de Bakhtin (2015, p. 98), que a polifonia é “um falar não direto, não na linguagem, mas através da linguagem, através de um meio linguístico alheio, e, por conseguinte, da refração das intenções do autor”. E enfatizamos um aspecto acerca do falante sob o ponto de vista do plurilinguismo e do dialogismo assinalado pelo autor: “o falante é um homem essencialmente social, historicamente concreto e definido, e o seu discurso é uma linguagem social (ainda que no embrião), uma linguagem de grupo e não um dialeto individual” (BAKHTIN, 2015, p. 124).

Dando continuidade a esse processo de seguir a trilha dos estudos da linguagem, realçamos, no trabalho de Barros (2008, 2011, 2012, 2014 e 2015), o construto teórico de discurso intolerante como sendo aquele discurso que sanciona e interdita sujeitos considerados maus cumpridores de certos contratos sociais, ou seja, o discurso autoritário e inflexível. Esse discurso, assevera a autora, sobretudo sob a perspectiva da narrativa e do campo discursivo trazidos para a cena enunciativa, denomina esses sujeitos como maus atores, maus cidadãos.

Geralmente a referência a esses sujeitos “intolerantes” vem sempre atravessada por um dizer de ódio e paixões malevolentes, pois eles são classificados como “maus” por não terem cumprido os acordos sociais e, por causa disso, devem ser excluídos socioafetiva e cognitivamente da sociedade em termos do convívio social. Com isso, o seu dizer e todo o seu discurso são passíveis de julgamento avaliativo semântico.

Comungamos com Barros (2015) a perspectiva do atravessamento na língua(gem) pela intolerância e por preconceitos que, por diversas vezes, estão camuflados/velados por valores éticos do erro linguístico ou estéticos, relativos à beleza de certos usos e línguas. No âmbito privado, a intolerância pode ser observada por meio das preferências individuais e/ou grupais que discriminam determinados usos de linguagens e acabam julgando e impedindo que esses falantes, cuja prática languageira não está totalmente atrelada a padrões normativos da linguagem culta, tenham acesso a determinados tipos de empregos, cargos ou funções (BARROS, 2015).

Segundo Barros (2015), a intolerância linguística está fortemente relacionada com outras formas de intolerância, sobretudo a racial, a religiosa, a sexual, a política e a socioeconômica. Essas relações são geralmente hierarquizadas, ou seja, há uma forma de intolerância de base, predominante, a que se subordinam as demais. Por exemplo, o

preconceito relacionado aos negros pode ser considerado com uma intolerância primária, enquanto a intolerância ao modo de falar dos negros, à sua religião e a outros aspectos seria subordinada. Isso fica evidente quando

Os textos ou discursos muitas vezes mascaram a intolerância de base ou primária por meio da manifestação de uma intolerância associada ou secundária, considerada mais aceitável: assim, a intolerância racial pode manifestar-se como intolerância religiosa ou linguística, mascarando o preconceito racial com preconceitos mais facilmente justificáveis ou não proibidos. (BARROS, 2014, p. 1).

A autora conclui que os discursos intolerantes e preconceituosos apresentam um caráter fortemente passional, em que o diferente é comumente considerado anormal ou contrário à norma, imoral, desviante, errado, louco e feio. Desse modo, o discurso intolerante considera o “diferente” como aquele que rompe pactos e acordos sociais, por ser contrário à norma estabelecida, e sem ética ou estética e que, por isso, é temido, odiado e punido.

Trabalhamos também com o conceito de subjetividade trazido pela Psicologia Social. A partir dessa concepção, compreendemos que o sujeito histórico social carrega consigo o espaço social que o determina, lhe dá aportes e o auxilia na construção das condicionantes que favorecem sua própria condição de sujeito.

Na perspectiva de Oliveira (1993), o uso da linguagem funciona como meio de expressão emocional e de comunicação difusa com os outros, mas não indica significados específicos, compreensíveis de forma precisa por um interlocutor que compartilhe um mesmo sistema de signos.

Nesse contexto, Vygotsky citado por Oliveira (1993, p. 5) destaca que:

[...] na ausência de um sistema de signos, linguísticos ou não, somente o tipo de comunicação mais primitivo e limitado torna-se possível. A comunicação por meio de movimentos expressivos, observada principalmente entre animais, é mais uma efusão afetiva do que comunicação. Um ganso amedrontado, pressentindo subitamente algum perigo, ao alertar o bando inteiro com seus gritos, não está informando aos outros aquilo que viu, mas antes contagiou-os com seu medo.

É necessário sublinhar que sujeito e subjetividade são temas inseparáveis, embora existam diversas formas de construir a subjetividade. Desse modo, a subjetividade não se restringe a um determinado conjunto de prerrogativas – ela é capaz de descrever situações e traduzir sentimentos que fazem parte de todo sujeito. Em busca de ampliar o conceito de

subjetividade, a psicologia sócio-histórica faz emergir uma ideia de subjetividade vinculada à vida e às práticas sociais.

FIOS PRESENTES NO PERCURSO METODOLÓGICO

Assumimos para a construção deste artigo que o percurso metodológico centrou na pesquisa de campo para a escolha dos dados linguísticos e discursivos para o empreendimento da análise dos modos de dizer dos recuperandos participantes do sistema APAC de Santa Luzia.

Buscamos não só descrever o trabalho de campo realizado, mas, sobretudo, analisar os efeitos das práticas de extensão nos recuperandos, a partir de encontros semanais com esses sujeitos. Essa experiência provavelmente produziu importantes efeitos, contribuindo para aumentar sua autoconfiança, mesmo estando em situação de prisão.

O registro utilizado por nós na pesquisa de campo se baseia na análise das produções discursivas que nos foram confiadas em situações de trabalho na roda de conversa e em atendimentos individuais no interior do Centro de Reintegração Social (CRS) para que fosse possível estabelecer a construção de uma explicação a respeito do surgimento dos problemas vivenciados pelos apenados da APAC de Santa Luzia.

Nesse sentido, acreditamos que a análise dessas produções discursivas produzidas nesse contexto bastante particular nos faça conhecer/apreender um pouco a subjetividade de indivíduos em situação de aprisionamento, bem como as consequências disso no âmbito social.

Reconhecemos, a partir do trabalho metodológico cunhado por Brito (2016), que podemos tomar como norte dois elementos que são cruciais para a leitura/explicação e interpretação desse *corpus*: um primeiro elemento a ser considerado é a constatação de que o discurso está intimamente ligado à interação, ao modo como se concebe esse sujeito. O segundo elemento remete ao processo de compreender um princípio norteador na análise de dados discursivos porque, como diz Possenti (2009, p. 80-81),

Os sujeitos são integralmente sociais e históricos e integralmente individuais... e mais: o falante sabe (integralmente?) o que está dizendo e ilude se (integralmente?) se pensar que sabe o que diz (ou que só diz o que quer) – para evitar que se desconheçam os saberes que os sujeitos acumulam em sua prática histórica e que se conclua disso que nada lhe é estranho ou desconhecido.

Para fundamentar e sistematizar todo esse aprendizado para o estudo e a análise de dados linguísticos, dos modos de dizer dos recuperandos, comungamos com a ideia de Possenti (2009, p. 80-81), quando considera os sujeitos na e da linguagem, pois “são sujeitos ativos, e sua ação se dá no interior de semissistemas em processo.”

Na linha desse argumento, vale salientar que exploramos os relatos orais, gerados em rodas de conversas e atividades do fazer da prática extensionista que envolveu alunos da Psicologia e da Filosofia à luz do postulado segundo o qual as identidades sociais do sujeito são construções discursivas engendradas no seio de prática discursiva contextualmente situada: situação de aprisionamento e cumprimento de uma pena no sistema APAC.

Evidenciamos que o processo de vinculação social pode ser considerado um dispositivo potente no processo de atuação nesse grupo de apenados excluídos da sociedade devido ao bem-estar que tais vínculos podem proporcionar a eles.

Admitimos que o processo de interação social e, conseqüentemente, o encontro com a diferença que advém desse meio são concebidos como ferramentas no processo de construção de subjetividades, aqui considerado como um construto relacional multidimensional e, em decorrência disso, capaz de apontar nortes para a discussão e a reflexão para novos estudos.

Os modos de dizer dos recuperandos foram se incorporando à dialogicidade como um elemento mediador relevante que interfere na formação dos sujeitos e na construção de saberes de forma significativa. Assim, o diálogo entre os estudantes de Psicologia e os recuperandos, diferente, pois, de uma concepção verticalizada, promovia a horizontalidade nessa relação, a valorização da cultura e da expressividade dos recuperandos.

Em vista do exposto, as ideias de Vygotsky (1989) parecem convergir à função da temática da subjetividade e da alteridade, pois o sujeito, durante o processo de interação com um outro, garante a significação de ser sujeito. Sob esse enquadre, reunimos os dados necessários para realizar a análise dos modos de dizer, compreendendo-os mediante a identificação da posição enunciativa dos colaboradores, bem como as implicações dessa prática em relação ao espaço social em que se deu a experiência desses recuperandos do sistema APAC. A reunião dos dados para a constituição do *corpus* deste artigo vai se concentrar na escuta das vozes sociais advindas de atravessamentos presentes na dialogicidade representada, pela interação face a face, resultado do encontro dos extensionistas da Psicologia e da Filosofia com os recuperandos nas práticas de escuta desenvolvidas na APAC.

Vale salientar que esses dados devem ser flagrados e analisados considerando as argumentações de Faraco (2009) em relação à feitura do exame linguístico-discursivo como evento irrepetível, em sua absoluta singularidade, mas dentro da grande cadeia da comunicação e interação sociais. Tal fenômeno - essa cadeia - também percebido como acontecimento universal, bem ao modo bakhtiniano da expressão, ou seja, um colóquio ideológico em grande escala, em que sujeitos socialmente organizados manifestam em seus dizeres relações dialógicas como relações de sentidos que se constroem e se estabelecem entre enunciados.

AS VOZES SOCIAIS MANIFESTAS NOS MODOS DE DIZER DOS RECUPERANDOS. UM OLHAR ANALÍTICO

Afirmamos, conforme assevera Volóchinov (2017, p. 220), que a língua não está ancorada num sistema linguístico abstrato nem no psiquismo do sujeito falante, mas ela vive, e sua evolução se dá historicamente com e na comunicação discursiva, por isso mesmo, ela não pode ser compreendida fora do elo entre a interação concreta e a situação extraverbal.

Volóchinov lembra que o processo da comunicação discursiva é ininterrupto e emerge como um processo ativo da linguagem, vindo tanto do exterior quanto do interior, que, desse modo, não tem princípio e/ou fim. O autor faz uma metáfora sobre o processo de enunciar e sua atividade, o enunciado, quando ilustra que essa realização é “como uma ilha emergindo de um oceano sem limites – o discurso interior” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 207).

As dimensões e as formas dessa ilha são, argumenta o autor, determinadas pela situação do enunciado, pelo seu auditório. Além disso, essa situação e o auditório colocam o discurso interior para se realizar por meio de uma expressão exterior definida (falar/escrever, comunicar, enunciar, pronunciar para um outro/Outro), inserido diretamente em uma situação/cenário de não verbalização, ampliando-se pela ação e resposta verbal dos outros participantes da cena da enunciação, que são carregados pelo atrito da palavra contra o meio extraverbal e contra a palavra do outro (VOLÓCHINOV, 2017, p. 221).

Já em outros trabalhos de Brito (2016), tomamos a oralidade como um componente primordial dos estudos linguísticos, salientando-se que, em Bakhtin, a língua(gem) é uma atividade do ser humano em constante evolução e transformação e, por isso mesmo, conforme mostra Faraco (2009, p. 21) ao referir-se à obra bakhtiniana: “a palavra realmente pronunciada não pode deixar de ser entonada”. Ele complementa afirmando que “a palavra

não apenas designa um objeto como uma entidade pronta, mas também expressa por sua entonação minha atitude valorativa em relação ao objeto”

No pensamento bakhtiniano, a oralidade tem um destaque e uma função especiais, porque é o campo de manifestação das enunciações na perspectiva dos gêneros primários. De acordo com Bubnova, Baronas e Tonelli (2011)

O mundo que nos rodeia, segundo Bakhtin, está povoado de vozes de outras pessoas, vozes são palavras no sentido de ‘enunciados’: “Vivo em um mundo povoado de palavras alheias. E toda a minha vida, então, não é senão a orientação no mundo das palavras alheias, desde assimilá-las, no processo de aquisição da fala, e até apropriar-me de todos os tesouros da cultura (BAKHTIN, p. 347-348)”.

Aqueles autores relatam que, para Bakhtin, as vozes são constituintes e construtoras do sentido da enunciação para serem respondidas por nós, portanto a essência da oralidade está justamente colocada nessa postulação e, por esse motivo, a oralidade aparece como um dado linguístico a ser considerado.

O objeto de análise deste estudo são os modos de dizer assumidos pelos recuperandos da APAC em situação de interação com os estudantes da Psicologia e da Filosofia, extensionistas do Programa (A)penas Humanos, ao produzirem uma escuta sobre o seu cotidiano de cumprimento de pena nesse sistema que assiste e protege o condenado. Para tanto, como dito, baseando-se em *corpus* constituído por dados orais advindos das conversas desses encontros, voltamo-nos para rastrear e identificar pistas/marcas linguístico-discursivas, presentes nesses relatos, que sinalizem vozes sociais enunciadas por esses sujeitos na atividade em cena.

Sob esse enfoque, assumimos que, nesse dizer, reflete-se o trabalho do sujeito com e sobre a língua, com e sobre o discurso, ao flagrar pistas linguístico-discursivas por meio das vozes, presentes no texto, vestígios por meio dos quais se pode apreender como o sujeito constrói discursiva e enunciativamente um modo de dizer sobre essa situação de estar em processo de pagamento de uma pena, num sistema como o da APAC. Tal construção ou trabalho se reflete nos modos de dizer, de se posicionar em relação ao outro – o(s) interlocutor(es) em cena -, aos discursos e/ou vozes mobilizadas, de forma consciente ou não, e em relação ao seu próprio dizer, conforme Silva (2013).

Por essa razão, desde outros trabalhos (BRITO, 2016), entendemos que pesquisadores não produzem uma interpretação desinteressada e neutra dos dados linguísticos quando concebem que a língua(gem) é uma atividade dialógica, uma vez que “toda palavra é

ideológica, assim como cada uso da língua implica mudanças ideológicas” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 217). Isto é, todo pesquisador diz de um lugar teórico, também de um posicionamento discursivo, identitário e político, o que certamente se deixa refletir no trabalho de interpretação que se faz dos dados em exame.

Selecionamos para analisar os dados do *corpus*, em tela, as vozes reverberadas nas rodas de conversa, que se entretecem na multiplicidade da dinamicidade semiótica do diálogo e atravessam/perpassam o posicionamento discursivo dos recuperandos quando narram e discursivizam sobre o cotidiano de cumprimento da pena.

Tomamos a voz de um recuperando (R1) para indicar um modo de dizer que se atrela à formação discursiva² da culpa, do pagamento da penalidade e da entrada na normatização e expressa a voz social do processo de ressocialização, evidenciando uma possível mudança de lugar tanto social quanto identitário:

As pessoas, quando chegam aqui pra me visitar, falam que eu tô muito diferente, que tô bem, falam que meu jeito de falar melhorou muito. Elas ficam surpresas comigo.

[...] Aqui também tenho aula e isso ajuda bastante. Na PPP (Penitenciária Público Privada), eu tinha aula mais ia só pra remissão de pena mesmo, ficava com vergonha porque eu tinha que ficar com uniforme, ficava pensando o tempo todo que a professora achava que tava ali dando aula pra vagabundo. [...] lá eu não gostava não. [...] eu melhorei muito, dou valor nos estudos, mais sei que tenho que melhorar mais. (R1).

A mudança do lugar social do presidiário vagabundo, uniformizado, pagador da pena/culpa, remissão – “Na PPP [...] eu tinha que ficar com uniforme, ficava pensando o tempo todo que a professora achava que tava ali dando aula pra vagabundo” – para um outro lugar, que pode ser depreendido em seu dizer, expresso no atravessamento do outro (voz – outra) na sua voz: “As pessoas, quando chegam aqui pra me visitar, falam que eu tô muito

² O sujeito não é um espaço vazio, e o seu preenchimento ocorre pela forma-sujeito, que pode ser conceituada como sujeito de saber de uma formação discursiva específica. O conceito-chave de Formação Discursiva é referenciado ao que foi produzido por Pêcheux na obra *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio, quando ele afirma que “formação discursiva, aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e o que deve ser dito. E, também não é um espaço discursivo estrutural fechado, já que ela é constitutivamente invadida por elementos provenientes de outros lugares [...], que nelas se repetem fornecendo-lhes suas evidências discursivas fundamentais” (PÊCHEUX, 2014, p. 147-149).

diferente”. O que nos leva a flagrar que houve reposicionamento do sujeito em seu discurso, e isso pode indicar outra posição identitária: “*Eu melhorei muito, dou valor nos estudos, mas sei que tenho que melhorar mais ... falam que eu tô muito diferente, que tô bem, falam que meu jeito de falar melhorou muito. Elas ficam surpresas comigo.*”

Esse atravessamento de um dizer-outro na voz de R1 – “*As pessoas, quando chegam aqui pra me visitar, falam que eu tô muito diferente*” – pode ser uma pista de que ocorreu uma reverberação da voz social da normatização, da ressocialização que a sua chegada a esse novo sistema pode lhe oferecer, como ele acredita. Assim, ele projeta nas pessoas essa modificação, uma vez que diz de sua vergonha e da identificação na “PPP” de ser visto como vagabundo, um sujeito fora das normas.

Uma outra voz que podemos nomear nesse contexto é a voz da retificação, da resignação que atravessa o dizer de R2 ao Aluno Extensionista (AE1) - “*Deus também te ama, pois você, toda segunda-feira, está aqui pagando pena conosco*”. Esse *Deus também te ama* pode ser uma pista linguística de um discurso-outro que atravessa esse modo de dizer. O discurso religioso, que por sinal tem um poder de ajudar esse sujeito pagador da pena a suportar essa difícil vivência de ter que cumprir, por força da lei, a dívida para com o Estado e a Sociedade, encontra eco nesta fala quando AE1 replica: “e, assim, quero continuar *pagando* pena com eles, seja no programa, seja por outros meios que visam ajudá-los.”

Notamos que nessa interação há um diálogo, ou seja, um interdiscurso das vozes sociais advindas do discurso religioso que encontra sonoridade no discurso institucional do Sistema APAC: “*você toda segunda-feira está aqui pagando pena conosco*”. O sujeito R2 pode estar em processo de reconhecimento por meio do seu modo de dizer que o outro (extensionista) está ali como o suporte, por isso o inclui no grupo por meio do emprego do pronome pessoal: *conosco*. Isto é, usa a força do verbo pagar no gerúndio – “*pagando pena conosco*” – para marcar e/ou revelar o (re)conhecimento de uma ajuda externa nesse momento em que sua vida está cerceada.

Dando continuidade à nossa análise acerca das vozes que atravessam o dizer dos recuperandos que estão em situação de cumprimento da pena, mesmo na categoria de pena alternativa (pena restritiva de direitos pode substituir a prisão clássica), flagramos, no modo de dizer de R3, uma pista/marca linguístico-discursiva de um procedimento característico da

ordem do discurso³, isto é, o procedimento da interdição: “*Aqui eu não posso falar tudo o que[eu] realmente penso e [eu] quero, eu não sei o que você vai pensar de mim, eu tenho limites de tudo, do[eu] que falo, do[eu] que penso*”.

Com o emprego da primeira pessoa enunciado no modo de dizer de R3, percebemos a marca da subjetividade, que pode ser considerada elemento de um fato linguístico previsível, tendo em vista que esse recuperando diz para uma aluna que está na posição de escutá-lo psicologicamente e, por isso mesmo, cumpre um roteiro próprio da situação que o instigava a falar sobre si, sobre sua história e, também, de como está fixado naquela condição de aprisionamento.

É a partir desse fato linguístico que se pode apreender como esse sujeito, na condição de locutor, falando desse lugar enunciativo para um tu que o interpela, representa um lugar social, de recuperando, em situação de cumprimento de pena alternativa (aprisionado), e por isso deixa entrever elementos que não podem ser ditos, ou melhor, que estão situados no (inter)dito. Esse sujeito se descortina no momento em que é convidado a dizer, mesmo estando à margem (situação de aprisionamento), e os elementos que não podem ser ditos são expressos no momento em que, em sua prática languageira, revela-se o rótulo que carrega: “[...] *eu estou preso porque fiz muitas coisas erradas, não posso nem olhar nos olhos mais [silêncio]*”.

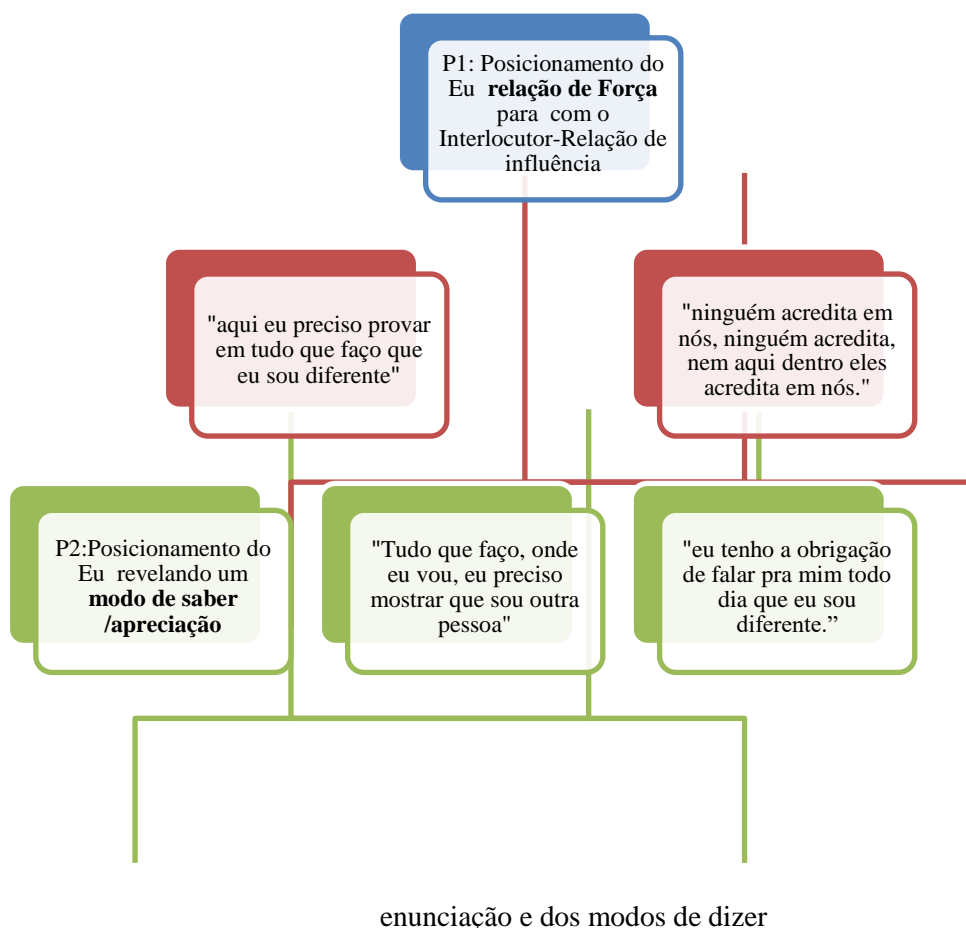
A voz enunciada acima aparece na interdição retratando (im)pedimentos: não posso falar tudo que penso, que quero, e, por fim, deixa escapar também que não pode falar o que sente: “[Eu] *sinto vergonha e [eu] não gosto de expor minha vida pessoal...*”. Há aqui também a marca da voz do ficar e de se filiar à marginalidade (associação com a margem) que se revela por meio do emprego de enunciados constituídos por formas negativas, revelando, de modo polifônico, discursos atrelados à formação discursiva da proibição/controlado, ou seja, uma possível marca de controle sobre situações/eventos de caráter impositivo, que é expresso no modo como esse sujeito opera discursivamente com o verbo *poder*.

³ Estamos fazendo referência à obra de Foucault *A ordem do discurso*, que trata de apresentar os procedimentos de exclusão que atravessam os dizeres dos sujeitos em nossa sociedade ocidental: “Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.” (FOUCAULT, 1970, p. 9).

É nesse jogo interlocutivo que o recuperando R3 apresenta à aluna (AE2) um modo de dizer que pode revelar posicionamentos discursivos e identitários: *“aqui eu preciso provar em tudo que faço que eu sou diferente, ninguém acredita em nós, ninguém acredita, nem aqui dentro eles acredita em nós. Tudo que faço, onde eu vou, eu preciso mostrar que sou outra pessoa, eu tenho a obrigação de falar pra mim todo dia que eu sou diferente.”*

O trecho acima, retirado do *corpus*, ilustra esse dado. Ao falar de sua inserção no universo do encarceramento, nota-se que o sujeito que aí se anuncia, que se designa como eu, fala de lugar social, que é o de um recuperando inserindo-se no mundo do pagamento da pena sob o enquadre do modo de organização enunciativo, tal qual argumenta Charaudeau (2014, p. 82): “o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação”.

Figura 1 – POSICIONAMENTO (P) IDENTITÁRIO DE R3 - O Eu sob o ponto de vista da



Fonte: Elaboração dos autores.

A Figura 1 ilustra dois posicionamentos discursivos de R3 que podem ser examinados sob o aspecto da construção enunciativa proposta por Charaudeau (2014), visto que podemos desvendar, por meio dessas marcas linguístico-discursivas, movimentos do dizer do locutor em direção ao interlocutor (P1): *Eu* estabelece relação e força com o interlocutor, que pode ser considerado como um pedido de autorização, em que R3 estabelece com o seu enunciado uma ação a realizar – “*Aqui eu preciso provar em tudo que faço que eu sou diferente*” –, dado que julga, em sua construção enunciativa, que o interlocutor tem de conceder a ele o direito de executar a ação, já que atribui uma qualificação, autoridade que pode ser moral, instituída naquele que tem o poder de julgar: “*Ninguém acredita em nós, ninguém acredita, nem aqui dentro eles acredita em nós.*”

Em relação ao (P2), observamos o uso do *Eu* revelando um modo de saber/apreciação. Notamos que, por esse movimento de dizer, o locutor revela que por meio de seu ponto de vista ele diz ter conhecimento dessas relações com a instituição penal – “*Tudo que faço, onde eu vou, eu preciso mostrar que sou outra pessoa*” – e também deixa conjeturar sua apreciação por meio da pista de que avalia o seu valor de recuperando que se apropria do propósito da APAC – “*Aqui entra o homem, o delito fica lá fora*” – (re)conectado em: “*Eu tenho a obrigação de falar pra mim, todo dia, que eu sou diferente.*” Revelando, assim, um julgamento de ordem afetiva do ponto de vista interno, de falar para mim, deixando para a aluna extensionista o papel de testemunha de apreciação enunciativa para deixar descortinar que o sentido da recuperação atravessa sua subjetividade e é algo que, agora no cumprimento da pena na APAC, está acoplado à sua identidade.

Analisamos também essa pista linguística, retomando o que Davies e Harré (1990, p. 50) afirmam: “apreende-se o sujeito agindo e falando de uma certa posição. As pessoas trazem para a situação específica a sua história como um ser subjetivo, que é a história de alguém que tem estado em múltiplas posições e engajada em diferentes formas de discurso”.

Na construção desse posicionamento identitário, esse recuperando, sempre em interação com a aluna extensionista, mobiliza posições de sujeito em seu discurso, por meio das quais se deixa entrever um deslocamento, em termos de posicionamentos identitários refletidos na representação/encenação do *Eu*, pondo em jogo esse *Eu* em direção ao modo de dizer enunciado no trecho em exame.

Identificamos movimentos do *Eu* que se iniciam a partir de uma operação de (des)crédito – “*Preciso provar que sou diferente*” –, passando pela ação de procurar e/ou almejar a aprovação de um outro (aqui representado pela aluna que o escuta, mas também

pela instituição, APAC, que o recebeu e o pôs no lugar social de recuperando), para finalizar sua posição de voltar-se para si dando crédito a si mesmo – *“Tenho a obrigação de falar pra mim todo dia que eu sou diferente”* –, tendo que se engajar nesse universo que rigorosamente preconiza: *Aqui entra o homem, o delito fica lá fora.*

Isso pode indicar que, conforme Orlandi (2012, p. 110) preconiza, “o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas, mas um processo onde as coisas e os conceitos estão em incessante movimento gerado por mudanças qualitativas”. Especialmente nessa situação, em que o sujeito narra sobre sua difícil e delicada condição de estar aprisionado em cumprimento de pena, é preciso deixar que o delito e o delituoso fiquem do lado de fora para pertencer ao rol de recuperandos naquela instituição, que se propõe a acolhê-los como homens, desde sua porta de entrada. No entanto, há um aspecto de tensão flagrado, por nós, em sua história: *“Tudo que faço, onde eu vou, eu preciso mostrar que sou outra pessoa ...”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses relatos – gerados em interação entre alunos extensionistas⁴, professores supervisores do Programa (A)penas Humanos e os sujeitos pesquisados, concebidos por este estudo como recuperandos, procuramos sob o recorte das vozes sociais, compreender que sentido(s) esses sujeitos constroem para a situação de aprisionamento e também de possibilidades de recuperação em relação ao cumprimento de pena alternativa no sistema APAC, em termos da construção discursiva e da seleção de recursos linguísticos.

Esses sujeitos constroem e/ou deixam entrever, em seus modos de dizer, vozes sociais que atravessam os posicionamentos identitários assumidos ao se referirem às experiências que envolvem o processo de narrar o fato de estarem, temporariamente, em condição restritiva para o cumprimento de pena por conflito com a Lei, sob a perspectiva do artigo 44 do Código Penal Brasileiro.

⁴Artigo escrito com a colaboração das acadêmicas de Psicologia, da FAPSI PUC Minas: Gisele de Oliveira Turani, Leticia. Fontinelle, participantes do Programa (A)penas Humanos, na APAC de Santa Luzia, Proex PUC Minas.

Com esse propósito, e para a construção de seu quadro teórico, este trabalho estabeleceu uma interlocução com estudos contemporâneos da linguagem, da identidade e da subjetividade, que enfatizam as dimensões social e histórica da relação entre sujeito, linguagem e sociedade.

Admitimos, nessa concepção, que esses relatos, construídos pelos sujeitos recuperandos do sistema APAC, são produtos inscritos em uma condição de produção que atravessa a própria natureza da atividade – um evento de interação forjado para fins de trabalho de práticas investigativas e extensionistas dos cursos de Psicologia e Filosofia da PUC Minas. É um evento de interação, contextualmente situado, singular, do ponto de vista da situação de comunicação. Mas, sob uma abordagem discursiva e dialógica que aqui adotamos, observa-se esse evento vinculado a um contexto sócio-histórico mais amplo, isto é, a um contexto institucional, ligado à esfera da Universidade e desse sistema de cumprimento de penas alternativas.

Assim, neste trabalho, adotamos a perspectiva de considerar as identidades como posicionamentos identitários, de acordo com Davies e Harré (1990), o que nos permite abordá-los como construção discursiva, isto é, produzidos, negociados, redefinidos discursivamente e interativamente em situações de comunicação específicas, singulares. Compreende-se posicionamento identitário como algo caracteristicamente relacional em que o outro, tomado como diferente e/ou como igual/par, é um aspecto necessário e constitutivo para a construção da identidade, sendo atravessado por vozes sociais componentes do quadro teórico dos estudos da Linguagem advindas do Círculo de Bakhtin.

Nesse jogo de posicionamentos, conforme apontam os dados, são evocadas diversas vozes, nas quais se cruzam os ditos e ou interditos de uma sociedade que vê o recuperando como um sujeito sem voz que pode, ao passar por esse sistema de cumprimento de pena alternativa, deixar que o delito fique do lado de fora. À luz desses relatos, tomados na sua singularidade, podemos observar que os sujeitos vão se deslocando, descentrando-se identitariamente ou se afiliando à multiplicidade de discursos pelos quais são interpelados na condição de serem cumpridores da pena e também de estarem em conflito com a lei.

A singularidade dos relatos e o número dos sujeitos envolvidos são, entre outros fatores, indicações para assumirmos aqui que os resultados alcançados por este estudo são uma amostra, e não uma generalização, de um fenômeno contemporâneo complexo que é a escuta em situação de aprisionamento de cidadãos que cometeram crimes e, por isso, sofrem intolerância, discriminação e preconceitos das mais diversas ordens. E, portanto, este trabalho

de extensão pode acolher e contribuir para uma (re)edição e/ou mesmo uma (re)escrita, uma vez que nenhum de nós, cidadãos, detém a imunidade em relação à possibilidade de entrar em conflito com a Lei.

Com este estudo, esperamos ter contribuído para mais uma leitura desse fenômeno que vem colocando perguntas e novos desafios àqueles que tentam compreender atravessamentos de diferentes naturezas e com várias origens, que vêm interpelando o campo das práticas da extensão e o campo do tratamento interdisciplinar – aqui, neste caso, um trabalho dos cursos de Psicologia e Filosofia –, para lidar com sujeitos (de)marcados como sujeitos considerados maus cumpridores de certos contratos sociais. E para nós, da Universidade, são sujeitos, temporariamente em restrição de liberdade.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 261-306.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Teoria do romance I: a estilística**. Tradução de Paulo Bezerra, São Paulo: 34, 2015, 254p.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Por uma filosofia do ato responsável**. São Paulo: Pedro e João Editores, 1993. 160p.

BARROS, Diana Pessoa de. A identidade intolerante no discurso separatista. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 9, p. 147-67, 2008.

BARROS, Diana Pessoa de. A construção discursiva dos discursos intolerantes. *In*: BARROS, Diana Pessoa de. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Mackenzie, 2011.

BARROS, Diana Pessoa de. Emoções e paixões nos discursos: perspectiva semiótica. *In*: BARBOSA, N. B. (org.). **Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários**. São Paulo: Edu, 2012, p. 99-105.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Intolerância e preconceito na linguagem**. 17 jun. 2014. Disponível em: [www.https://www.inclusive.org.br/arquivos/26589](https://www.inclusive.org.br/arquivos/26589). Acesso em: 17 ago.2019.

BARROS, Diana Pessoa de. Intolerância, preconceito e exclusão. *In*: LARA, Gláucia Proença. LIMBERTI, Rita Pacheco. **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 61-78.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. *In*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 191-200.

BRAIT, Beth. Perspectiva dialógica. In: BRAIT, Beth; SILVA, Maria Cecília Sousa e (org.). **Texto ou discurso**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 9-29.

BRITO, Robson Figueiredo. **Um estudo da construção de posicionamentos identitários assumidos por estudantes pibidianos em relatos orais sobre a temática do tornar-se professor**. 2016 (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BRITO, Robson Figueiredo. **Posicionamentos discursivos e identitários de sujeitos universitários em experiência de letramento acadêmico em um curso de Direito**. 2019 (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

BUBNOVA, Tatiana; BARONAS, Roberto; TONELLI, Fernanda. Voz, sentido e diálogo em Bakhtin. **Bakhtiniana Revista de Estudos do Discurso**, v. 1.6, n. 1, p. 268-280, 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/bakhtiniana>>; Acesso em: 24 set. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Tradução Ângela M. S. Corrêa; Ida Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 249p.

DAHLET, Patrick. Dialogização e paisagens do sujeito. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: dialogismo e construção de sentido**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 65-83.

DAVIES, B.; HARRÉ, R. Positioning: the discourse production of selves. **Journal of Theory of Social Behaviour**, v. 20, n. 1, p. 43-63, Mar. 1990.

FARACO, Carlos Alberto Faraco. **Linguagem e diálogo: as ideais linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009. 165p.

FRATERNIDADE BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA AO CONDENADO. Disponível em: www.fbac.org.br/index.php/pt/. Acesso em: 15 ago. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012, 80p.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz Guimarães. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. A prática da história oral e novos desafios. In: LAVERDI, Robson *et al.* **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Editora da UFPE/UFSC, 2012. p. 15-37.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky - Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio – histórico**. São Paulo: Scipione: 1993. 112p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2012. 239p.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014. 287p.

POSSENTI, Sírio. O sujeito fora do arquivo? *In*: POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 73-84.

SCHETTINO, Maria Carmen Moreira. **Caminhos da psicologia na extensão: o encontro com os apenados na APAC em Santa Luzia**. Belo Horizonte, PUC Minas, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 73-133.

VOLÓCHINOV, Valentin. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. Tradução Sheila Grilo e Ekaterina Vólkova Américo, São Paulo: Editora 34, 2017. 376p.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 159p.